



MUNICÍPIO DE CUBA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 3
10-11-2021

[Handwritten signatures in blue ink]

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a terceira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Maria Julieta Zambujeiro Burrica Caniço, Filipe Domingos Candeias Chora e Jorge Manuel Rolim Caixeiro. -----
Faltou a esta reunião a Sr.ª Vereadora Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano por se encontrar no estrangeiro em representação do município. -----
Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----
Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----
A reunião teve início às catorze horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

O Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento de que foi eleito Presidente da AMCAL, sendo reconduzido no cargo na Assembleia realizada no dia de ontem.

A Sr.ª Vereadora Julieta Caniço informou que foi abordada por alguns moradores servidos pela Estrada do Monte da Tapada que se encontra praticamente intransitável e questionou se existe previsão para a conclusão dos trabalhos ou melhoria do estado

em que a mesma se encontra.

Perguntou também qual o ponto da situação com as obras do Largo da Estação e Rua 1.º de Maio, se existe previsão para avanço das obras e sua conclusão.

O Sr. Presidente da Câmara disse que estas também são preocupações do executivo, mas são situações que se prendem com o facto do empreiteiro se encontrar em situação económica difícil e que eventualmente poderá acabar com a insolvência da empresa. Por essa razão a empresa já nos comunicou a incapacidade de responder ao que havia contratualizado com a Câmara e estão a ser efetuadas todas as diligências para uma eventual cessão da posição contratual da empreitada a uma outra empresa. - Disse também que assim que possível a Câmara tratará de arranjar forma de pelo menos durante o mês de novembro tentar minimizar os constrangimentos decorrentes desta situação. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2021: € 442 763,80. -----

1. CANDIDATURA AOS APOIOS SOCIAIS. PROPOSTA DE NOVOS PRAZOS. APROVAÇÃO DE EDITAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 90/20021, do SASS, acompanhando a proposta que se transcreve: -----

“Com o objetivo de dignificação e melhoria das condições de vida dos munícipes do concelho de Cuba, com necessidades económicas, através da atribuição de vantagens e benefícios em diversos serviços e atividades levadas a cabo pelo Município, vem o Gabinete de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Cuba, vem por este meio solicitar, que se dê início ao processo de candidaturas aos Apoios Sociais. -----

O Regulamento para Apoios Sociais em vigor na Autarquia é elaborado de acordo com o disposto no Artº 241 da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do nº2 do artigo 53, alínea b) e c) do nº 4 e alínea a) do nº 6, ambos do artigo 64, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artigos 114 e seguintes do Código de procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua atual redação. -----

De acordo com o nº 1 do artº 4º do capítulo I do Regulamento para Apoios Sociais em vigor na Autarquia, estabelece que o prazo de candidaturas para os apoios sociais devem decorrer durante o mês de Janeiro de cada ano, no entanto é de extrema importância que estas candidaturas decorram entre dia 15 de novembro a 15 de dezembro de 2021. -----

Esta proposta surge na sequência de agilizar todo o processo envolvente à atribuição dos apoios sociais, possibilitando a análise dos mesmos até ao final de 2021, para que os munícipes possam usufruir destes apoios, sem interrupção, caso sejam elegíveis. ----

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir: -----

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara de 10 de novembro de 2021, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

- Abertura das candidaturas; -----

- Novos prazos para as candidaturas; -----

- Aprovação do Edital, em anexo." -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito do poder discricionário atribuído pelo Regulamento em vigor, deliberou antecipar a receção das candidaturas para o período de 15 de novembro a 15 de dezembro do corrente ano. -----

2. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. PRÉ-ESCOLAR. APOIO PARA REFEIÇÕES. ANO LETIVO 2021/2022. CANDIDATURA EXTEMPORÂNEA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 30/2021, do Serviço de Ação Educativa, dando conta de que foi apresentado 1 pedido para o apoio em epígrafe, para 1 alunos do Pré-escolar, na Escola Básica Fialho de Almeida – Cuba. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, o requerimento foi rececionado atendendo ao motivo apresentado (1.ª matrícula concretizada no ensino pré-escolar). -----

É aluno pertencente a um agregado familiar integrado no 1.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família, que cumpre os requisitos para a comparticipação da Câmara conforme quadro, em anexo. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (de acordo com o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, páscoa e verão para 2021/2022) tem um valor estimado de 238,56€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2021/2022 o valor

estimado será de 47,04 €. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar – Pré-escolar, no que respeita a alimentação a estudantes, para ano letivo 2021/2022, deliberou considerar o pedido apesar de extemporâneo. -----

3. MANUEL ANTÓNIO SERRANO MARCELINO. APOIOS SOCIAIS. GÁS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 92/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, de acordo com o disposto alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de uma botija de gás, no valor de € 28,00, formulado pelo Sr. Manuel António Serrano Marcelino. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

4. CÉLIA CRISTINA CARDEIRA BATISTA VALENTE. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido da Sr.ª Célia Cristina Cardeira Batista Valente, autorizou a emissão de uma licença especial de ruído para a

realização de uma Festa de Aniversário na Sociedade Filarmónica Cubense 1.º de Dezembro, em Cuba, no dia 5 de novembro de 2021. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

5. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL EM MATÉRIA DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO PARA A CIMBAL. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 65/2021, do SAJAI, cujo teor se transcreve: ---
“O Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, veio, ao abrigo do art.º 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (*“É da competência dos órgãos municipais regular, fiscalizar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários em matéria de estacionamento nas vias e espaços públicos dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento”*), concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público. -----

Estabelece o n.º 1 do art.º 2.º deste diploma legal que *“É da competência dos órgãos municipais (...) -----*

a) A regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal; b) A instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves (as graves e muitos graves continuam a ser tratadas pela entidade que antes detinha competências nesta matéria – ANSR, conforme estabelece o art.º 169.º do Código da Estrada (doravante CE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, com as alterações que lhe foram introduzidas; são contraordenações leves em matéria de estacionamento as seguintes, conforme previstas no CE: art.º 49.º “1. É proibido parar ou estacionar: a) Nas rotundas, pontes, túneis, passagens de nível, passagens inferiores ou superiores e em todos os lugares de visibilidade insuficiente; b) A menos

de 5 m para um e outro lado dos cruzamentos, entroncamentos ou rotundas, sem prejuízo do disposto na alínea e) do presente número e na alínea a) do n.º 2; c) A menos de 5 m para a frente e 25 m para trás dos sinais indicativos da paragem dos veículos de transporte coletivo de passageiros ou a menos de 6 m para trás daqueles sinais quando os referidos veículos transitem sobre carris; d) A menos de 5 m antes e nas passagens assinaladas para a travessia de peões ou de velocípedes; e) A menos de 20 m antes dos sinais verticais ou luminosos se a altura dos veículos, incluindo a respetiva carga, os encobrir; f) Nas pistas de velocípedes, nos ilhéus direcionais, nas placas centrais das rotundas, nos passeios e demais locais destinados ao trânsito de peões; g) Na faixa de rodagem sempre que esteja sinalizada com linha longitudinal contínua e a distância entre esta e o veículo seja inferior a 3 m. 2. Fora das localidades, é ainda proibido: a) Parar ou estacionar a menos de 50 m para um e outro lado dos cruzamentos, entroncamentos, rotundas, curvas ou lombas de visibilidade reduzida; b) Estacionar nas faixas de rodagem; c) Parar na faixa de rodagem, salvo nas condições previstas no n.º 3 do artigo anterior. 3. Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de € 30 a € 150, salvo se se tratar de paragem ou estacionamento nas passagens de peões ou de velocípedes e nos passeios, impedindo a passagem de peões, caso em que a coima é de (euro) 60 a (euro) 300. 4. Quem infringir o disposto no n.º 2 é sancionado com coima de € 60 a € 300, salvo se se tratar de estacionamento de noite nas faixas de rodagem, caso em que a coima é de € 250 a € 1250”, art.º 50.º - “1. É proibido o estacionamento: a) Impedindo o trânsito de veículos ou obrigando à utilização da parte da faixa de rodagem destinada ao sentido contrário, conforme o trânsito se faça num ou em dois sentidos; b) Nas faixas de rodagem, em segunda fila, e em todos os lugares em que impeça o acesso a veículos devidamente estacionados, a saída destes ou a ocupação de lugares vagos; c) Nos lugares por onde se faça o acesso de pessoas ou veículos a propriedades, a parques ou a lugares de estacionamento; d) A menos de 10 m para um e outro lado das passagens de nível; e) A menos de 5 m para um e outro lado dos postos de abastecimento de combustíveis; f) Nos locais reservados, mediante sinalização, ao estacionamento de determinados veículos; g) De veículos agrícolas, máquinas industriais, reboques ou semirreboques quando não atrelados ao veículo trator, salvo nos parques de estacionamento especialmente destinados a esse efeito; h) Nas zonas de estacionamento de duração limitada quando não for cumprido

o respetivo regulamento; i) De veículos ostentando qualquer informação com vista à sua transação, em parques de estacionamento. 2. Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de € 30 a € 150, salvo se se tratar do disposto nas alíneas c), f) e i), casos em que a coima é de € 60 a € 300”, art.º 50.º-A – “1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 49.º e 50.º, são proibidos a pernoita e o aparcamento de autocaravanas ou similares em áreas da Rede Natura 2000, áreas protegidas e zonas abarcadas pelos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, salvo nos locais expressamente autorizados para o efeito. 2. No restante território e na ausência de regulamento municipal para a atividade, é permitida a pernoita de autocaravanas homologadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., por um período máximo de 48 horas no mesmo município, salvo nos locais expressamente autorizados para o efeito, para os quais não se estabelece qualquer limite de pernoitas. 4. O incumprimento do disposto no n.º 2 é sancionado com coima de € 60 a € 300, salvo se se tratar de pernoita ou aparcamento em áreas da Rede Natura 2000, áreas protegidas e zonas abarcadas pelos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, de acordo com o disposto no n.º 1, em que a coima é de € 120 a € 600”, art.º 52.º - “1. Nas faixas de rodagem, o condutor de veículo utilizado no transporte coletivo de passageiros só pode parar para a entrada e saída de passageiros nos locais especialmente destinados a esse fim. 2. No caso de não existirem os locais referidos no número anterior, a paragem deve ser feita o mais próximo possível do limite direito da faixa de rodagem. 3. Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de € 30 a € 150”, art.º 70.º - “1. Nos locais da via pública especialmente destinados ao estacionamento, quando devidamente assinalados, os condutores não podem transitar ou atravessar as linhas de demarcação neles existentes para fins diversos do estacionamento. 4. Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de € 30 a € 150”, art.º 71.º - “1. Nos parques e zonas de estacionamento é proibido estacionar: a) Veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza; b) Automóveis pesados utilizados em transporte público, quando não estejam em serviço, salvo as exceções previstas em regulamentos locais; c) Veículos de categorias diferentes daquelas a que o parque, zona ou lugar de estacionamento tenha sido exclusivamente afeto nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior; d) Por tempo superior ao estabelecido ou sem o pagamento da taxa fixada nos termos do n.º 2 do artigo anterior.

2. Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de: a) € 30 a € 150, se se tratar do disposto nas alíneas b) e d); b) € 60 a € 300, se se tratar do disposto nas alíneas a) e c).”) relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas”. -----

O exercício destas competências é atribuído à câmara municipal, cabendo ao presidente da câmara, com faculdade de delegação em outros membros desse órgão, a competência para determinar a instrução do processo contraordenacional, designar o instrutor e aplicar coimas e custas (vide art.º 3.º). -----

Por sua vez, as competências da câmara municipal podem ser delegadas em empresa local com a caracterização prevista no art.º 19.º (“1. São empresas locais as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação de um dos seguintes requisitos: a) Detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto; b) Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização; c) Qualquer outra forma de controlo de gestão. 2. Qualquer uma das entidades públicas participantes pode constituir sociedades unipessoais por quotas ou sociedades anónimas de cujas ações seja a única titular. 3. A constituição de sociedades unipessoais por quotas ou de sociedades anónimas unipessoais, nos termos do número anterior, deve observar todos os demais requisitos de constituição previstos na lei comercial. 4. As empresas locais são pessoas coletivas de direito privado, com natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana, consoante a influência dominante prevista no n.º 1 seja exercida, respetivamente, por um município, dois ou mais municípios ou uma associação de municípios, independentemente da respetiva tipologia, ou uma área metropolitana. 5. A denominação das empresas locais é acompanhada da indicação da sua natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana, respetivamente E. M., E. I. M. ou E. M. T. 6. Apenas podem ser constituídas empresas locais de responsabilidade limitada”) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual (vide n.º 1 do art.º 3.º). -----

A atividade de fiscalização do estacionamento pode ser exercida por empresas

concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal nas zonas que lhe estão concessionadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2014, de 9 de outubro. -----

No exercício das referidas competências, as câmaras municipais utilizam o Sistema de Contraordenações de Trânsito (SCoT) para o levantamento dos autos de contraordenação, usam equipamentos de controlo e fiscalização aprovados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), levantam os autos de contraordenação no modelo eletrónico aprovado pelo presidente da ANSR e facultam à ANSR, por via eletrónica, a informação relativa a processos contraordenacionais para efeitos de consolidação estatística (vide art.º 4.º). -----

A utilização do SCoT pelas câmaras municipais está sujeita a pedido de utilização desse sistema dirigido à ANSR, cuja ligação se efetiva no prazo máximo de 30 dias após a receção desse pedido e não está sujeita a qualquer pagamento. -----

E enquanto a ligação ao SCoT não se concretizar, os atos processuais praticados no âmbito dos procedimentos contraordenacionais são realizados em suporte informático, com aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou em suporte papel, com assinatura autógrafa (vide art.º 5.º). -----

É imprescindível que o Município de Cuba adira a este sistema porque, independentemente dos processos de contraordenação que sejam instaurados, é sempre admitido o pagamento voluntário da coima, caso em que nas contraordenações leves determina o arquivamento do respetivo processo, conforme estabelecido no art.º 172.º do CE ("1. É admitido o pagamento voluntário da coima pelo mínimo, nos termos e com os efeitos estabelecidos nos números seguintes. 2. A opção de pagamento pelo mínimo deve verificar-se no prazo de 15 dias úteis a contar da data da notificação para o efeito. 3. Em qualquer altura do processo, mas sempre antes da decisão, pode ainda o arguido optar pelo pagamento voluntário da coima, a qual, neste caso, é liquidada pelo mínimo, sem prejuízo das custas que foram devidas. 4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o pagamento voluntário da coima determina o arquivamento do processo, salvo se à contraordenação for aplicável sanção acessório (é o caso das contraordenações graves e muito graves), em caso em que prossegue restrito à aplicação da mesma ou se for apresentada defesa"). -----

De harmonia com o disposto nos números 1, 2 e 5 do art.º 6.º, o produto das coimas

aplicadas por contraordenação rodoviária em matéria de estacionamento proibido, indevido ou abusivo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, quando resulte de atividade de fiscalização dos serviços municipais, reverte em 100% a favor do município, e quando resulte de atividade de fiscalização das forças de segurança, reverte em 30% a favor da entidade fiscalizadora e 70% em favor do município e nos casos de contraordenações graves em matéria de estacionamento, o produto das coimas, quando resulte de atividade de fiscalização dos serviços municipais, reverte em 55% a favor do município, 35% em favor do Estado e 10% em favor da ANSR. -----

Para efeitos de acesso e consulta à identificação do titular do veículo, os municípios devem celebrar protocolo com o Instituto de Registos e Notariado, I. P. (IRN, I. P.). -----

O Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11, produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2019, sem prejuízo da sua concretização gradual nos termos do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 20/08, e relativamente ao ano de 2019, conforme permite o n.º 2 do seu art.º 12.º, os municípios que não pretendam exercer as competências previstas no presente decreto-lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos entrada em vigor deste decreto-lei. -----

Assim, fazendo uso desta faculdade de concretização gradual de transferência das competências vertidas neste diploma legal, o Município de Cuba, mediante deliberações dos seus órgãos executivo e deliberativo, comunicou à DGAL não ter condições para aceitar as competências previstas em 2019 e em 2020. Mas, a partir de 01/01/2021, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 20/08, todas as competências previstas nesta lei consideram-se transferidas para as autarquias locais. -----

Pelo exposto, desde 1 de janeiro do corrente ano que as Câmaras Municipais são as entidades competentes para a regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades desde que estejam sob jurisdição municipal, assim como a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, incluindo a aplicação de coimas

e custas. -----

Ciente da complexidade que a gestão destas competências representa para os municípios, assim como de uma maior adequação resultantes da uniformização, simplificação e rendibilidade dos procedimentos se concentrados numa única entidade, veio a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL) propor, conforme documento que se anexa, que lhe sejam delegadas as competências em matéria de estacionamento público ora transferidas ao abrigo do supra citado Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11. -----

Desta proposta de delegação de competências consta a repartição das receitas resultantes dos processos de contraordenação entre as entidades intervenientes, sendo vinculativas as percentagens destinadas às autoridades policiais – GNR e PSP, que é a seguinte: -----

**Proposta de divisão de receita
Coima**

Entidade Autuante	1ª Fase (prazo normal – levantamento do auto de contraordenação e 15 dias a pagamento)	2ª Fase (instrução e decisão do processo após 15 dias sem pagamento ou apresentação contestação)
PSP/GNR(*)	30% de 30,00€ para a entidade autuante e 70% para o Município	30% de 45,00€ para a entidade autuante e 70% para o Município
Fiscais Municipais	100% Município	100% Município

(*)Única situação obrigatória fixada no DL 107/2018

Custas Processuais a suportar pelo infrator nos termos do Código da Estrada são 51,00€, durante a 2.ª fase e reverts na íntegra para a CIM na qualidade de Entidade Instrutora do Processo.

O n.º 2, do artigo 117.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (doravante RJALEIM), na sua redação atual, estabelece que “... os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos (...) das entidades intermunicipais”, mediante autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do n.º 1 do art.º 25.º dessa lei. -----
Esta delegação de competências concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, conforme determina o n.º 2 do art.º 117.º da mesma lei. -----

Assim, nos termos do previsto no art.º 118.º RJALEIM, a delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis. -----

Para o efeito, a lei prevê dois tipos de delegações: -----

a) A delegação contratual propriamente dita, concretizada por contratos interadministrativos (*vide* art.ºs 116.º a 123.º e 131.º da RJALEIM); -----

b) Delegação legal, concretizada por acordos de execução (*vide* art.ºs 132.º a 135.º da RJALEIM); -----

Os contratos interadministrativos devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências delegadas (*vide* n.º 1 do art.º 115.º da RJALEIM, aplicável aos contratos interadministrativos, por remissão do n.º 1 do art.º 122.º). -----

Devem também os contratos interadministrativos de delegação de competências ser acompanhados por estudos que fundamentem a celebração destes contratos ou acordos (*vide* n.º 3 do art.º 115.º, por remissão do n.º 2 do art.º 122.º e do n.º 2 do art.º 135.º da RJALEIM). -----

De todos os Municípios associados da CIMBAL, 8 já autorizaram esta delegação de competências – Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Vidigueira. -----

Chama-se ainda a atenção para o facto de, conforme determina o art.º 129.º, o período de vigência dos contratos interadministrativos coincidir com a duração do mandato do órgão deliberativo do município, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, considerar-se renovado após a instalação do órgão deliberativo do município ou poder ser denunciado pelos outorgantes, no prazo de seis meses após a instalação do órgão deliberativo do município. -----

Não obstante a fundamentação legal atrás descrita, não podemos deixar de explanar as dúvidas que ainda nos assaltam em matéria de delegação de competências e que passamos a enunciar: -----

1) O regime geral de delegação de poderes está previsto nos artigos 44.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo; -----

2) A delegação de poderes (ou competências, uma vez que estas são os poderes atribuídos a um órgão para atingir os seus fins específicos) consiste no poder que os órgãos administrativos normalmente competentes para decidir em determinada matéria, sempre que para tal estejam habilitados por lei, têm de permitir que outro órgão ou agente adote decisões sobre a mesma matéria – *vide* art.º 44.º do CPA “Os órgãos administrativos normalmente competentes para decidir em determinada matéria podem, sempre que para tal estejam habilitados por lei, permitir, através de um ato de delegação de poderes, que outro órgão ou agente da mesma pessoa coletiva ou outro órgão de diferente pessoa coletiva pratique atos administrativos sobre a mesma matéria”; -----

3) A delegação de poderes exige a verificação de três requisitos: -----

a) Em primeiro lugar, é necessária uma regra atributiva de competência, ou seja, uma lei de habilitação. -----

Esta é uma necessidade impreterível uma vez que a competência é irrenunciável e inalienável. Assim, só pode haver delegação de poderes com base na lei, o que é reforçado pelo n.º 2 do art.º 111.º, da Constituição da República Portuguesa –

"Nenhum órgão de soberania, de região autónoma ou de poder local pode delegar os seus poderes noutros órgãos, a não ser nos casos e nos termos expressamente previstos na Constituição e na lei"; -----

b) Em segundo lugar, é necessária a existência de dois órgãos da mesma pessoa coletiva pública ou entre órgãos de pessoas coletivas diferentes: o delegante, que é o órgão normalmente competente e que pode delegar, e o delegado, que é o órgão ou agente eventualmente competente, em que se possa delegar; -----

c) Por último, é necessária a prática do ato de delegação propriamente dito, isto é o ato pelo qual o delegante concretiza a delegação dos seus poderes no delegado, permitindo-lhe a prática de certos atos na matéria sobre a qual é normalmente competente. -----

Resulta da aplicação destes três requisitos da delegação de poderes que as dúvidas se nos assomam e relacionam-se elas com a lei habilitante. -----

É certo que o RJALEIM constitui lei habilitante para a delegação de algumas competências, designadamente no n.º 1 do seu art.º 34.º (*"A câmara municipal pode delegar as suas competências no respetivo presidente, com exceção das previstas nas alíneas a), b), c), e), i), j), k), m), n), o), p), s), u), z), aa), hh), oo), vv), aaa) e ccc) do n.º 1 do artigo anterior e na alínea a) do artigo 39.º, com possibilidade de subdelegação em qualquer dos vereadores"*), no art.º 38.º (*"O presidente da câmara municipal e os vereadores podem delegar ou subdelegar no dirigente da unidade orgânica materialmente competente as competências previstas nas alíneas a), b), c), g), h), k) e v) do n.º 1 e d), f), h), i), m) e p) do n.º 2 do artigo 35.º"*), no n.º 2 do art.º 117.º (*"(...) os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos (...) das entidades intermunicipais"*), no art.º 128.º (*"1. Os municípios concretizam a delegação de competências nas entidades intermunicipais em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito do planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico e social, da competitividade territorial, da promoção dos recursos endógenos e da valorização dos recursos patrimoniais e naturais, do empreendedorismo e da criação de emprego, da mobilidade, da gestão de infraestruturas urbanas e das respetivas atividades prestacionais e da promoção e gestão de atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação. 2. Os municípios concretizam ainda a delegação de competências nas entidades intermunicipais nos domínios instrumentais relacionados com a organização e funcionamento dos serviços municipais e de suporte à respetiva atividade"*). -----

Verifica-se, assim, que esta lei define as competências municipais que são delegáveis e identifica os órgãos nos quais podem ser delegadas. O mesmo se passa com outros diplomas legais que prevêem delegação de poderes – é o caso da lei orgânica das comissões de coordenação regionais (DL 228/2012, de 25/10) que estabelece que o seu presidente pode delegar ou subdelegar competências nos seus vice-presidentes, ou da lei orgânica da GNR (L 63/2007, de 06/11), que estabelece que o comandante-geral pode delegar as suas competências próprias no 2.º comandante-geral e nos titulares dos órgãos que lhe estão diretamente subordinados. -----

De igual modo, o Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, estabelece que as competências transferidas para os municípios podem ser delegadas em empresa local ou em empresas concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal, podendo as competências que são atribuídas ao presidente da câmara ser delegadas em outros membros do órgão executivo. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- 1) Pedir autorização à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, para celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal na CIMBAL em matéria de instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários, assentes em infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e demais espaços públicos, quer dentro das localidades, quer fora das localidades, desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas; -----
- 2) Pedir autorização à Assembleia Municipal para que, no âmbito do contrato de delegação de competências referido no número anterior, se estabeleça que o produto das custas processuais aplicadas por contraordenação rodoviária em matéria de estacionamento proibido, indevido ou abusivo reverta a favor da CIMBAL; -----
- 3) Solicitar à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) a utilização do SCoT;
- 4) Solicitar ao Instituto de Registos e Notariado, I. P. (IRN, I. P.) a celebração de protocolo de acesso e consulta à identificação dos titulares dos veículos; -----
- 5) Solicitar à CIMBAL o envio da minuta de contrato interadministrativo para delegação das competências em matéria de estacionamento público para que seja aprovado pelos órgãos municipais. -----

6. OPERACIONALIZAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL OU SOCIAL LOCAL DO MUNICÍPIO DE CUBA. APROVAÇÃO DO MODELO TIPO DE REQUERIMENTO. APROVAÇÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DAS CANDIDATURAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 38/2021, do SACTPH, cujo teor se transcreve: "O Município de Cuba, na sequência da publicação em Diário da República do Edital nº 1240/2020, de 4 de Dezembro 2020, aprovou as regras relativas ao reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, tendo por objeto os estabelecimentos e entidades que se destacam pelas suas características únicas de reconhecido valor para a identidade do território do Município. Em sede do Regulamento cabe ao órgão executivo o reconhecimento de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local é da competência da câmara municipal, pelo que, vem este serviço propor que se operacionalize o processo do seguinte modo: -----

- a) - Aprovar o modelo de requerimento, cuja cópia se anexa; -----
- b) - Considerando que todo este processo é oficiosamente despoletado pelo

requerente, deve então o executivo deliberar sobre a constituição de uma comissão de avaliação das candidaturas, tal como se apresenta no art.º 7 (procedimento de reconhecimento), a qual propõe-se que seja constituída pelos seguintes elementos: --

a) - Um representante da Junta de Freguesia onde situe o edifício, a designar pela respetiva autarquia; -----

b) - Um representante da Unidade de Ambiente, Ordenamento e Urbanismo da C. M. de Cuba; -----

c) - Um representante de uma Associação de Defesa do Património ou, em alternativa, uma personalidade de reconhecido mérito nas áreas da história e cultura local."

Enquadramento: -----

Regulamento Municipal de Proteção e Proteção de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local do Município de Cuba, Edital nº 1240/2020 de 4 de dezembro 2020. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o modelo do requerimento bem como a constituição da Comissão de Análise das Candidaturas. -----

7. AUTORIZAÇÃO DE DESCABIMENTAÇÃO DE VALORES REFERENTES À CANDIDATURA 146/CEI+/21 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA CONSTANTE DA INFORMAÇÃO DA SASS N.º 54/21 DATADA DE 29/06/2021. TRANSFERÊNCIA DESTES VALORES PARA UMA NOVA CANDIDATURA CEI+ DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA. DELIBERAÇÃO NO ÂMBITO DAS TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE CANDIDATURAS DA MESMA ENTIDADE. -----

Relativamente ao assunto em epígrafe, o SASS informa que a candidatura 146/CEI+/21 da Câmara Municipal de Cuba foi encerrada pelo IEPF, porque não se iniciou nenhuma atividade de trabalho socialmente necessário no prazo previsto do regulamento aplicável após a data de aceitação da decisão de aprovação. -----

Os valores associados a esta candidatura foram deliberados em reunião de Câmara de 07 de julho/21. -----

Assim como a verba ficou cativa e uma vez que se tem de fazer outra candidatura na mesma tipologia, propunha a descabimentação dos valores referentes à candidatura 146/CEI+/21 e a transferência dos mesmos para uma nova candidatura CEI+. -----

Face ao exposto cumpre-me concluir: -----

por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia

das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 10 de novembro de 2021, para que nela possa ser deliberado a transferência da verba entre candidaturas da mesma entidade. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar a transferência de verba entre as Candidaturas. -----

8. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL CORRESPONDENTE AO CONCELHO DE CUBA. PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2022. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 48/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo conteúdo se transcreve: -----

A título preliminar, e para que esta matéria possa ser assimilada na íntegra quer pelos membros do executivo camarário, quer pelos deputados da Assembleia Municipal, uma vez que nos últimos tempos foram efetuadas diversas alterações à Lei das Finanças Locais, importa perceber como é efetuada a redistribuição da receita gerada pelo Estado por entre as diversas Administrações Públicas, importando para nós a redistribuição com as autarquias locais, em concreto os Municípios, ressalvando-se que as receitas próprias das freguesias não serão aqui abordadas. -----

A esse propósito dispõe o atual art.º 25.º da Lei das Finanças Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual o seguinte: -----

Repartição de recursos públicos

Artigo 25.º

Repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios

1 - A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, tendo em vista atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, é obtida através das seguintes formas de participação:

a) Uma subvenção geral, determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), cujo valor é igual a 19,5 /prct. da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), o IRC e o imposto sobre o valor acrescentado (IVA);

b) Uma subvenção específica, determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM), cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios;

c) Uma participação variável de 5 /prct. no IRS, determinada nos termos do artigo 26.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS;

d) Uma participação de 7,5 /prct. na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás, calculada nos termos do disposto no artigo 26.º-A.

2 - A receita dos impostos a que se refere a alínea a) do número anterior corresponde à receita líquida destes impostos no penúltimo ano relativamente àquele a que a Lei do Orçamento do Estado e refere, constante da respetiva Conta Geral do Estado, excluindo:

a) A participação referida na alínea c) do número anterior;

b) No que respeita ao IVA, a receita consignada, de carácter excecional ou temporário, a outros subsectores das administrações públicas, bem como a participação prevista na alínea d) do número anterior;

c) No que respeita ao IRC, a receita consignada ao fundo de estabilização financeira da Segurança Social.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por receita líquida o valor inscrito no mapa de execução orçamental, segundo a classificação económica, respeitante aos serviços integrados.

4 - Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos.

5 - A receita do IVA cobrado a que se refere a alínea d) do n.º 1 corresponde ao total de IVA entregue ao Estado.

6 - A participação dos municípios das Regiões Autónomas na receita do IVA a que se refere a alínea d) do n.º 1 é definida por diploma próprio das respetivas assembleias legislativas.

Atento o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º em cima transcrito, importa aferir o que determina o art.º 26.º do mesmo normativo legal: -----

Artigo 26.º

Participação variável no IRS

1 - Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 /prct. no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

2 - A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

3 - Na ausência de deliberação ou de comunicação referida no número anterior, o município tem direito a uma participação de 5 /prct. no IRS.

4 - Caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida no n.º 1, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes.

5 - A inexistência da dedução à coleta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na percentagem deliberada pelo município.

6 - Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos.

7 - O percentual e o montante da participação variável no IRS constam da nota de liquidação dos sujeitos passivos deste imposto.

A exemplo da explanação dos anos transatos, para percebermos do que falamos quando mencionamos que o município terá direito a uma participação de até 5% no IRS, será pertinente apresentar a fórmula do IRS, que embora algo complicada, assenta essencialmente na seguinte forma: -----

Rendimento bruto de cada categoria menos as deduções específicas de cada categoria que irão dar o rendimento global líquido. Desse resultado divide-se por 1 (se se for solteiro) ou por 2 (se se for casado) obtendo-se assim o rendimento colectável

corrigido. Este resultado multiplicar-se-á por uma determinada taxa de imposto (consoante o rendimento colectável), reduzindo-se então para um determinado valor (parcela a abater), obtendo-se assim um apuramento do imposto. Multiplica-se por 1 ou 2 (consoante o estado civil) resultando a coleta total. Abatem-se as deduções à coleta (determinadas despesas) resultando a coleta líquida, referida no art.º 26.º n.º 1 da Lei das Finanças Locais, relevante para a situação sub judice. -----
As deduções à colecta, a que o legislador faz referência são as seguintes: -----

Artigo 78.º

Deduções à coleta

1 - À coleta são efetuadas, nos termos dos artigos subsequentes, as seguintes deduções relativas:

- a) Aos dependentes do agregado familiar e aos ascendentes que vivam em comunhão de habitação com o sujeito passivo;*
- b) Às despesas gerais familiares; (vide art.º 78.º-B do CIRS)*
- c) Às despesas de saúde e com seguros de saúde; (vide art.º 78.º-C do CIRS)*
- d) Às despesas de educação e formação; (vide art.º 78.º-D do CIRS)*
- e) Aos encargos com imóveis; (vide art.º 78.º-E do CIRS)*
- f) Às importâncias respeitantes a pensões de alimentos;*
- g) À exigência de fatura; (vide art.º 78.º-F do CIRS)*
- h) Aos encargos com lares;*
- i) Às pessoas com deficiência;*
- j) À dupla tributação internacional;*
- k) Aos benefícios fiscais.*
- l) Ao adicional ao imposto municipal sobre imóveis, nos termos do artigo 135.º-I do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.*

2 - São ainda deduzidos à coleta os pagamentos por conta do imposto e as importâncias retidas na fonte que tenham aquela natureza, respeitantes ao mesmo período de tributação, bem como as retenções efetuadas ao abrigo do artigo 11.º da Diretiva n.º 2003/48/CE, de 3 de junho.

3 - As deduções referidas neste artigo são efetuadas pela ordem nele indicada e apenas as previstas no número anterior, quando superiores ao imposto devido, conferem direito ao reembolso da diferença.

4 - (Revogado.)

5 - As deduções previstas no n.º 1 aplicam-se apenas aos sujeitos passivos residentes em território português.

6 - As deduções referidas nas alíneas a) a i) e na alínea k) do n.º 1 só podem ser realizadas:

a) Mediante a identificação fiscal dos dependentes, ascendentes, colaterais ou beneficiários a que se reportem, feita na declaração a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º;

b) Nos casos de deduções que não sejam de montante fixo, as mesmas só podem ser realizadas se constarem de documentos comunicados pelos emitentes à Autoridade Tributária e Aduaneira, com identificação do sujeito passivo ou do membro do agregado a que se reportam através do número de identificação fiscal correspondente, que sejam:

i) Fatura, fatura-recibo ou recibo, emitidos nos termos do Código do IVA ou da alínea a) do n.º 1 do artigo 115.º; ou

ii) Outro documento, quando o fornecedor dos bens ou prestador dos serviços esteja dispensado daquela obrigação.

7 - A soma das deduções à coleta previstas nas alíneas c) a h) e k) do n.º 1 não pode exceder, por agregado familiar, e, no caso de tributação conjunta, após aplicação do divisor previsto no artigo 69.º, os limites constantes das seguintes alíneas:

a) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável igual ou inferior ao valor do 1.º escalão do n.º 1 artigo 68.º, sem limite;

b) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior ao valor do 1.º escalão e igual ou inferior ao valor do último escalão do n.º 1 do artigo 68.º, o limite resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$€ 1\,000 + [€ 2\,500 - € 1\,000] \times [\text{valor do último escalão} - \text{Rendimento Coletável}]$$

valor do último escalão - valor do primeiro escalão;

c) Para contribuintes que tenham um rendimento coletável superior ao valor do último escalão do n.º 1 do artigo 68.º, o montante de € 1 000.

8 - Nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo, os limites previstos no número anterior são majorados em 5 % por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo do IRS.

9 - Sempre que o mesmo dependente ou ascendente conste de mais do que uma declaração de rendimentos, o valor das deduções à coleta previstas no presente Código por referência a dependentes ou ascendentes é reduzido para metade, por sujeito passivo.

10 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, caso o acordo de regulação do exercício em comum das responsabilidades parentais estabeleça uma partilha de despesas que não seja igualitária e que fixe quantitativamente, para o dependente, a percentagem que respeita a cada sujeito passivo, o cálculo das deduções à coleta deverá considerar as devidas percentagens constantes do referido acordo, sem prejuízo do disposto nos dois números seguintes.

11 - Para efeito do disposto no número anterior devem os sujeitos passivos indicar no Portal das Finanças, até 15 de fevereiro do ano seguinte àquele a que o imposto respeita, a percentagem que lhes corresponde na partilha de despesas.

12 - Caso os sujeitos passivos não efetuem a comunicação prevista no número anterior ou, efetuando, a soma das percentagens comunicadas por ambos os sujeitos passivos não corresponda a 100 %, o valor das deduções à coleta é dividido em partes iguais.

13 - A dedução à coleta prevista no artigo 83.º-A impede a consideração das demais deduções referentes ao dependente por referência ao qual o sujeito passivo efetua pagamentos de pensões de alimentos.

14 - No caso do regime de tributação separada, quando o valor das deduções à coleta previstas no presente Código é determinado por referência ao agregado familiar, para cada um dos cônjuges ou unidos de facto: a) Os limites dessas deduções são reduzidos para metade;

b) As percentagens de dedução à coleta são aplicadas à totalidade das despesas de que cada sujeito passivo seja titular acrescida de 50 % das despesas de que sejam titulares os dependentes que integram o agregado.

Artigo 78.º-A

Deduções dos dependentes e ascendentes

1 - À coleta devida pelos sujeitos passivos residentes em território português e até ao seu montante são deduzidos:

a) Por cada dependente o montante fixo de € 600, salvo o disposto na alínea b);

b) Quando o acordo de regulação do exercício das responsabilidades parentais estabeleça a responsabilidade conjunta e a residência alternada do menor, é deduzido o montante fixo de € 300 à coleta de cada sujeito passivo com responsabilidades parentais sendo ainda de observar o disposto no n.º 9 do artigo 22.º;

c) Por cada ascendente que viva efetivamente em comunhão de habitação com o sujeito passivo, desde que aquele não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral, o montante fixo de € 525.

2 - Às deduções previstas no número anterior somam-se os seguintes montantes:

a) € 126 por cada dependente referido na alínea a) e € 63 a cada sujeito passivo referido na alínea b) do número anterior quando o dependente não ultrapasse três anos de idade até 31 de dezembro do ano a que respeita o imposto;

b) € 110 no caso de existir apenas um ascendente enquadrável na alínea c) nos termos previstos no número anterior.

3 - No caso previsto na alínea a) do número anterior, os montantes são de 300 € e 150 €, respetivamente, para o segundo dependente e seguintes, independentemente da idade do primeiro dependente.

Anunciadas as questões de ordem técnico/teóricas que têm a finalidade de dar a conhecer como se atingem os montantes a arrecadar, pragmaticamente o que importa reter é o seguinte: -----

Com referência aos últimos doze anos, a taxa aplicada pelo município de Cuba e os montantes recebidos foram os seguintes: -----

- . ano de 2009 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 113.452€;
- . ano de 2010 – taxa aplicada: 3,00% / montante arrecadado: 97.723€;
- . ano de 2011 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 62.237€;
- . ano de 2012 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 100.524€;
- . ano de 2013 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 100.524€;
- . ano de 2014 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 102.221€;
- . ano de 2015 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 138.745€;
- . ano de 2016 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 139.090€;
- . ano de 2017 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 128.058€;
- . ano de 2018 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 138.242€;
- . ano de 2019 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 141.247€;

. ano de 2020 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 150.058€;

. ano de 2021 – taxa aplicada: 5,00% / montante arrecadado: 152.285€;

Regista-se que, em regra, a taxa definida tem efeitos ao ano subsequente à comunicação. -----

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir: -----

a) - No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 10 de novembro de 2021, para que nela possa ser deliberado o seguinte: -----

a.1) - Em sintonia com o n.º 2 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, articulada com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propor um valor para a taxa em causa de 5% da colecta líquida do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

a.2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em novembro de 2020, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria; -----

a.3) – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica à AT Autoridade Tributária até 31 de dezembro, em sintonia com o n.º 2 do art.º 26.º da LFL.

Os Vereadores do PS entendem que o valor da taxa de IRS deverá ser de 4,5% aplicando a esta uma redução de forma progressiva até chegar aos 3%. Esta posição pretende tentar deixar uma nota de capacidade de recuperação de rendimentos por parte das famílias no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento para o concelho.

O Sr. Presidente da Câmara entende a posição dos vereadores, mas não se revê na mesma uma vez que estão em causa valores praticamente insignificantes considerados

individualmente, mas que apesar disso, em conjunto, podem tirar capacidade de intervenção da câmara nas mais variadas áreas.

Disse que não é competência da Câmara tratar estes assuntos em termos de fiscalidade. Estas matérias deverão ser da competência do poder central.

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, e dois votos a favor do executivo em permanência, usando o Presidente da Câmara da figura do voto de qualidade, tratando-se de uma situação de empate, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação. -----

9. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL E NÃO ISENTO DE IRC – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLETIVAS. PROPOSTA DE FIXAÇÃO PARA O ANO DE 2022. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 49/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

“Antes de mais, e a exemplo do que foi referido a propósito do IRS, para que esta matéria possa ser adequadamente assimilada quer pelos membros do executivo camarário, quer pelos deputados da Assembleia Municipal, importa analisar o mecanismo tributário da derrama. -----

Assim sendo, a exemplo da participação no IRS, também em relação às pessoas coletivas e aos eventuais lucros que possam vir a gerar no concelho, deve o Município equacionar a possibilidade de lançar um tributo, leia-se, imposto. -----

A derrama é uma potencial receita municipal (tributo assente num imposto), está diretamente associada ao IRC e aos eventuais lucros de uma empresa sediada no concelho, e em algumas situações, também sobre empresas que não estando aqui sediadas possuem no concelho um estabelecimento estável ou uma representação local. -----

No que ao lançamento da Derrama importa trazer à colação o art.º 18.º da atual Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação atual, que determina: -----

Artigo 18.º

Derrama

1 - Os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5 /prct., sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

2 - Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria coletável superior a (euro) 50 000 o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.

3 - Quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50 /prct. da exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, podem os municípios interessados, mediante requerimento fundamentado, solicitar à AT a fixação da fórmula de repartição de derrama prevista nos n.os 7 e 9.

4 - A AT propõe, no prazo de 90 dias a contar da data da apresentação do requerimento referido no número anterior, a fórmula de repartição de derrama, a fixar por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, do ambiente e das autarquias locais, após a audição do sujeito passivo e dos restantes municípios interessados.

5 - Quando o requerimento de repartição de derrama previsto no n.º 3 for apresentado em conjunto por todos os municípios interessados, o mesmo considera-se tacitamente deferido pela administração tributária se, decorrido o prazo previsto no número anterior e após a audição do sujeito passivo, uma proposta alternativa não for apresentada pela AT para despacho dos referidos membros do Governo.

6 - Em caso de não emissão do despacho previsto no n.º 4 nos 30 dias seguintes ao recebimento da proposta da AT, considera-se tacitamente aprovada a referida proposta, que produz os efeitos legais do despacho dos membros do Governo.

7 - A fórmula de repartição referida nos n.os 3 e 4 resulta de uma ponderação dos seguintes fatores:

a) Massa salarial e prestações de serviços para a operação e manutenção das unidades afetadas às atividades referidas no n.º 3 - 30 /prct.;

b) Margem bruta correspondente à exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, nos termos da normalização contabilística - 70 /prct..

8 - No primeiro ano de aplicação da fórmula de repartição da derrama prevista no número anterior, é atribuído ao município ou municípios a cuja circunscrição tenha sido imputada, no exercício imediatamente anterior, com base no disposto nos n.os 1 e 2, qualquer parte do lucro tributável do sujeito passivo, uma proporção de 50 /prct. da derrama que lhe seria atribuída no período de tributação seguinte caso não fosse aplicada a fórmula prevista no número anterior, sendo o remanescente da derrama devida repartido com base na fórmula aí prevista.

9 - A margem bruta a que se refere a alínea b) do n.º 7 é aferida, nos seguintes termos:

a) No caso das minas e outros recursos geológicos em função da área de instalação ou exploração correspondente à atribuída no contrato de concessão mineira ou à autorizada pela licença de exploração; e

b) No caso dos centros eletroprodutores hídricos, eólicos, térmicos e fotovoltaicos, a margem bruta é apurada na proporção de 50 /prct. em função da área de instalação ou exploração, de 25 /prct. Em função da potência instalada e de 25 /prct. em função da eletricidade produzida.

10 - Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se:

a) «Municípios interessados», o município ou municípios em cujo território se verifique a exploração de recursos naturais ou o tratamento de resíduos e o município ou municípios a cuja circunscrição possa ser imputável, nos termos do n.º 2, qualquer parte do lucro tributável do sujeito passivo;

b) «Exploração de recursos naturais ou tratamento de resíduos», qualquer atividade industrial ou produtiva, designadamente exploração de recursos geológicos, centros eletroprodutores e exploração agroflorestal e de tratamento de resíduos;

c) «Tratamento de resíduos», qualquer atividade de exploração e gestão de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento dos resultantes da recolha indiferenciada e seletiva.

11 - O prazo a que se refere o n.º 4 conta-se a partir da data da receção da proposta pela Autoridade Tributária e Aduaneira para fixação da referida fórmula.

12 - (Revogado.)

13 - Nos casos não abrangidos pelo n.º 2, considera-se que o rendimento é gerado no município em que se situa a sede ou a direção efetiva do sujeito passivo ou, tratando-se de sujeitos passivos não residentes, no município em que se situa o estabelecimento estável onde, nos termos do artigo 125.º do Código do IRC, esteja centralizada a contabilidade.

14 - Entende-se por massa salarial o valor dos gastos relativos a despesas efetuadas com o pessoal e reconhecidos no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários.

15 - Os sujeitos passivos abrangidos pelo n.º 2 indicam na declaração periódica de rendimentos amassa salarial correspondente a cada município e efetuam o apuramento da derrama que seja devida.

16 - Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, a derrama incide sobre o lucro tributável individual de cada uma das sociedades do grupo, sem prejuízo do disposto no artigo 115.º do Código do IRC.

17 - A deliberação a que se refere o n.º 1 deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à AT até ao dia 31 de dezembro do respetivo período de tributação por parte dos serviços competentes do Estado.

18 - Se a comunicação a que se refere o número anterior for remetida para além do prazo nele estabelecido, a liquidação e cobrança da derrama são efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data.

19 - Após a comunicação referida no n.º 17, a taxa de derrama a aplicar em determinado período de tributação, seja geral ou especial, corresponde àquela que estiver em vigor a 31 de dezembro desse período de tributação e, no caso de cessação de atividade, em 31 de dezembro do período anterior ao da cessação.

20 - O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela AT. 21 - Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 1, quando uma mesma entidade tem sede num município e direção efetiva noutro, a entidade deve ser considerada como residente do município onde estiver localizada a direção efetiva.

22 - A assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 16.º, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama.

23 - As isenções ou taxas reduzidas de derrama previstas no número anterior atendem, nos termos do regulamento previsto no n.º 2 do referido artigo 16.º, aos seguintes critérios:

- a) Volume de negócios das empresas beneficiárias;
- b) Setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no município;
- c) Criação de emprego no município.

24 - Até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000.

25 - Os benefícios fiscais previstos nos números anteriores estão sujeitos às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de minimis.

26 - Em caso de liquidação de sociedades a que seja aplicável o regime previsto no artigo 79.º do Código do IRC, a taxa de derrama a aplicar a todo o período de

liquidação é a vigente em 31 de dezembro do período anterior ao da cessação de atividade.

A exemplo do IRS, também a Derrama no caso específico do município de Cuba não é uma receita principal, tem uma relevância relativa nas finanças do município visto atingir valores que, em regra, têm uma percentagem pouco superior a 1% do orçamento municipal. -----

Ainda assim, registou-se um aumento considerável desta receita em valores percentuais nos últimos anos, cujos estudos financeiros devem permitir compreender e analisar os fatores que determinaram essa subida, designadamente a execução em pleno do projeto de regadio Alqueva e o eventual benefício parcial da riqueza aqui gerada. -----

Não obstante o mencionado no parágrafo anterior, será previsível uma redução considerável nos próximos dois, três anos em virtude da pandemia COVID e o impacto que o mesmo teve no tecido financeiro concelhio. -----

Na conjuntura atual é uma receita que não pode ser descurada, realçando que o peso que terá sobre o tecido empresarial é pouco significativo, razão pela qual em nada obstará à fixação e manutenção de empresas no concelho, que poderão ser beneficiadas com outros mecanismos mais apelativos. -----

Por julgarmos pertinente em função da matéria aqui abordada apresentamos o conceito de “lucro Tributável” e de “periodização” sobre o qual incide a derrama, trazendo à colação o art.º 17.º e 18.º do Código de IRC, na redação atual, cuja última alteração foi efetuada mediante a publicação da Lei n.º 24/2020, de 06 de julho: -----

Artigo 17.º

Determinação do lucro tributável

1 - O lucro tributável das pessoas coletivas e outras entidades mencionadas na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º é constituído pela soma algébrica do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos deste Código.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os excedentes líquidos das cooperativas consideram-se como resultado líquido do período.

3 - De modo a permitir o apuramento referido no n.º 1, a contabilidade deve:

a) Estar organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade, sem prejuízo da observância das disposições previstas neste Código;

b) Refletir todas as operações realizadas pelo sujeito passivo e ser organizada de modo que os resultados das operações e variações patrimoniais sujeitas ao regime geral do IRC possam claramente distinguir-se dos restantes.

c) Estar organizada com recurso a meios informáticos.

Artigo 18.º

Periodização do lucro tributável

1 - Os rendimentos e os gastos, assim como as outras componentes positivas ou negativas do lucro tributável, são imputáveis ao período de tributação em que sejam

obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o regime de periodização económica.

2 - As componentes positivas ou negativas consideradas como respeitando a períodos anteriores só são imputáveis ao período de tributação quando na data de encerramento das contas daquele a que deviam ser imputadas eram imprevisíveis ou manifestamente desconhecidas.

3 - Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 1:

a) Os réditos relativos a vendas consideram-se em geral realizados, e os correspondentes gastos suportados, na data da entrega ou expedição dos bens correspondentes ou, se anterior, na data em que se opera a transferência de propriedade;

b) Os réditos relativos a prestações de serviços consideram-se em geral realizados, e os correspondentes gastos suportados, na data em que o serviço é concluído, exceto tratando-se de serviços que consistam na prestação de mais de um ato ou numa prestação continuada ou sucessiva, que são imputáveis proporcionalmente à sua execução;

c) Os réditos e os gastos de contratos de construção devem ser periodizados tendo em consideração o disposto no artigo 19.º

4 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, não se tomam em consideração eventuais cláusulas de reserva de propriedade, sendo assimilada a venda com reserva de propriedade a locação em que exista uma cláusula de transferência de propriedade vinculativa para ambas as partes.

5 - Os réditos relativos a vendas e a prestações de serviços, bem como os gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos, são imputáveis ao período de tributação a que respeitam pela quantia nominal da contraprestação.

6 - A determinação de resultados nas obras efetuadas por conta própria vendidas fracionadamente é efetuada à medida que forem sendo concluídas e entregues aos adquirentes, ainda que não sejam conhecidos exatamente os custos totais das mesmas.

7 - Os gastos das explorações silvícolas plurianuais podem ser imputados ao lucro tributável tendo em consideração o ciclo de produção, caso em que a quota parte desses gastos, equivalente à percentagem que a extração efetuada no período de tributação represente na produção total do mesmo produto, e ainda não considerada em período de tributação anterior, é atualizada pela aplicação dos coeficientes constantes da portaria a que se refere o artigo 47.º

8 - Os rendimentos e gastos, assim como quaisquer outras variações patrimoniais, relevados em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial ou, no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC, do método de consolidação proporcional, não concorrem para a determinação do lucro tributável, devendo os rendimentos provenientes dos lucros distribuídos ser imputados ao período de tributação em que se adquire o direito aos mesmos.

9 - Os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor não concorrem para a formação do lucro tributável, sendo imputados como rendimentos ou gastos no período de tributação em que os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos ou liquidados, exceto quando:

a) Respeitem a instrumentos financeiros reconhecidos pelo justo valor através de resultados, desde que, quando se trate de instrumentos de capital próprio, tenham um preço formado num mercado regulamentado e o sujeito passivo não detenha, direta ou

indiretamente, uma participação no capital igual ou superior a 5% do respetivo capital social; ou

b) Tal se encontre expressamente previsto neste Código.

10 - Para efeitos do cálculo do nível percentual de participação indireta no capital a que se refere o número anterior são aplicáveis os critérios previstos no n.º 2 do artigo 483.º do Código das Sociedades Comerciais.

11 - Os pagamentos com base em ações, efetuados aos trabalhadores e membros dos órgãos estatutários, em razão da prestação de trabalho ou de exercício de cargo ou função, concorrem para a formação do lucro tributável do período de tributação em que os respetivos direitos ou opções sejam exercidos, pelas quantias liquidadas ou, se aplicável, pela diferença entre o valor dos instrumentos de capital próprio atribuídos e o respetivo preço de exercício pago.

12 - Exceto quando estejam abrangidos pelo disposto no artigo 43.º, os gastos relativos a benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados que não sejam considerados rendimentos de trabalho dependente, nos termos da primeira parte do n.º 3) da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º do Código do IRS, são imputáveis ao período de tributação em que as importâncias sejam pagas ou colocadas à disposição dos respetivos beneficiários.

Anunciadas as questões de ordem técnico/teóricas que têm a finalidade de dar a conhecer como se atingem os montantes a arrecadar, pragmaticamente o que importa reter é o seguinte: -----

Com referência aos últimos treze anos, a taxa aplicada pelo município de Cuba e os montantes recebidos foram os seguintes: -----

. ano de 2008 – taxa aplicada: 1,00% / montante arrecadado: 24.346,02 €;
. ano de 2009 – taxa aplicada: 0,50% / montante arrecadado: 9.858,35 €;
. ano de 2010 – taxa aplicada: 0,50% / montante arrecadado: 11.277,22 €;
. ano de 2011 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 11.139,19 €;
. ano de 2012 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 12.011,68 €;
. ano de 2013 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 19.310,90 €;
. ano de 2014 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 3.843,14 €;
. ano de 2015 – taxa aplicada: 1,50% / montante arrecadado: 30.634,85 €;

. ano de 2016:

– taxa aplicada: 1,50%;
- taxa reduzida de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;
- Montante arrecadado: 79.864,85 €;

. ano de 2017:

– taxa aplicada: 1,50%;
- taxa reduzida de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;
- Montante arrecadado: 31.529,03 €;

. ano de 2018:

- taxa aplicada: 1,50%;
- taxa reduzida de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;
- Montante arrecadado: 83.36,94 €;

. ano de 2019:

- taxa aplicada: 1,50%;
- taxa reduzida de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;
- Montante arrecadado: 86.349,78 €;

. ano de 2020:

- taxa aplicada: 1,50%;
- taxa reduzida de 1,00% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€;
- Montante arrecadado: 74.884,70 €;

Regista-se para os efeitos julgados pertinentes que a receita arrecada até ao momento no que concerne ao ano de 2021 atingiu o montante de 102.563,16 €. -----

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir: -----

- No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 10 de novembro de 2021, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

a.1) - Em sintonia com o n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, articulada com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que a mesma, no uso das suas competências próprias previstas no art.º 25.º n.º 1 al. c) do diploma em cima enunciado, delibere o lançamento de derrama para o ano de 2022 de 1,50% do lucro tributável e não isento da colecta líquida do IRC pago pelos sujeitos passivos com rendimentos gerados na área geográfica corresponde ao Concelho de Cuba; -----

a.2) - Em sintonia com o n.ºs 22 a 25 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, articulada com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propor que à Assembleia Municipal que a mesma, no uso das suas competências próprias previstas no art.º 25.º n.º 1 al. c) e dos n.ºs 2 e 3 do art.º 16.º do diploma em cima enunciado, delibere o lançamento de derrama reduzida para o ano de 2022 de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€ sobre o lucro tributável e não isento da colecta líquida do IRC pago pelos sujeitos passivos com rendimentos gerados na área geográfica corresponde ao Concelho de Cuba; -----

a.3) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em dezembro de 2021, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º e art.º 16.º n.ºs 2 e 3 da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

a.4) – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica à AT Autoridade Tributária até 31 de dezembro, em sintonia com o n.º 17 do art.º 18.º da Lei das Finanças Locais.” -----

Os Vereadores do PS propõem para a taxa geral da derrama o valor de 1%;

Para a taxa reduzida propõem a isenção tendo em conta volumes de negócios que não ultrapassem os 150 mil euros;

Propõem ainda a Isenção em criação de emprego para sujeitos passivos que tenham instalado a sua sede social no concelho e que tenham criado ou mantido 2 ou mais postos de trabalho

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, e dois votos a favor do executivo em permanência, usando o Presidente da Câmara da figura do voto de qualidade, tratando-se de uma situação de empate, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação. -----

10. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. AS REGRAS PROVENIENTES DA AVALIAÇÃO GERAL DE PRÉDIOS URBANOS APROVAÇÃO DA PROPOSTA A REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DEFINIÇÃO DAS TAXAS DE IMI PARA O ANO DE 2022. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 50/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Como já havia sido informado ao órgão executivo e ao órgão deliberativo em anos anteriores importa que seja fixada a taxa municipal sobre imóveis (IMI) a vigorar no próximo ano. Tratando-se de novos órgãos autárquicos que tomaram posse em 08 de outubro de 2021, é relevante que seja assimilado o seguinte: -----

Importa registar que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, nos seus art.ºs 1.º e 2.º estipula: -----

Artigo 1.º

Incidência

1 - O imposto municipal sobre imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam. (Redação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; anterior proémio do artigo)

2 - O adicional ao imposto municipal sobre imóveis, deduzido dos encargos de cobrança e da previsão de deduções à coleta de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), constitui

receita do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. (Redação da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)

Artigo 2.º

Conceito de prédio

1 - Para efeitos do presente Código, prédio é toda a fração de território, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes, com caráter de permanência, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou coletiva e, em circunstâncias normais, tenha valor económico, bem como as águas, plantações, edifícios ou construções, nas circunstâncias anteriores, dotados de autonomia económica em relação ao terreno onde se encontrem implantados, embora situados numa fração de território que constitua parte integrante de um património diverso ou não tenha natureza patrimonial.

No que concerne às taxas a aplicar o n.º 1 do art.º 112.º do diploma legal, determina:

Artigo 112.º

Taxas

1- As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes:

a) Prédios rústicos: 0,8%;

b) Revogada. (Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)

c) Prédios urbanos - de 0,3 % a 0,45 %. (Redação da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

Quanto aos prédios devolutos, dispõe o n.º 3 do mesmo artigo:

3 - Salvo quanto aos prédios abrangidos pela alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos: (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

a) De prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio; (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

b) Prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas. (

No que diz respeito à competência para fixar as respetivas taxas dispõe o n.º 5:

5 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, podendo esta ser fixada por freguesia. (Redação da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro)

No que concerne à comunicação da deliberação à AT importa destacar os n.ºs 14, 15 e 16 do mesmo artigo que determinam:

14 - As deliberações da assembleia municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima referida na alínea c) do n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 31 de dezembro. (Redação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro)

15 - No caso de as deliberações compreenderem zonas delimitadas de freguesias ou prédios individualmente considerados, das comunicações referidas no número anterior deve constar a indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos, bem como o número de identificação fiscal dos respetivos titulares. (Anterior n.º 14 - Redação a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

16 - A identificação dos prédios ou frações autónomas devolutos, os prédios em ruínas e os terrenos para construção referidos no artigo 112.º-B deve ser comunicada pelos municípios à

Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, nos termos e prazos

referidos no n.º 14 e divulgada por estes no respetivo sítio na Internet, bem como no boletim

municipal, quando este exista. (Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

Em função das atuais normas do Código importa também trazer à colação o art.º 112.º-A, onde o legislador determinou:

Artigo 112.º-A

Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo

(Aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

1 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo Dedução fixa (em €)

1	20€
2	40€
3 ou mais	70€

2 - A deliberação referida no número anterior deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI.

Para que se possa contextualizar a questão em termos de volume financeiro e repercussão nas contas do município apresenta-se os montantes de IMI cobrados entre 2009 e 2020:

. 2009: 216.544,21€;
. 2010: 199.485,15€;
. 2011: 210.011,53€;
. 2012: 222.922,72€;
. 2013: 236.195,50€;
. 2014: 257.804,08€;
. 2015: 284.287,99€;
. 2016: 241.833,22€;
. 2017: 254.133,75€;

- . 2018: 306.640,98€;
- . 2019: 254.133,75€;
- . 2020: 289.224,73€;
- . 2021: 203.964.31€ (ano ainda não encerrado)

Face ao atrás exposto, sou a concluir:

- Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião da câmara municipal que terá lugar no próximo 28 de outubro de 2020, para que nela possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte: -----

1.º- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à legitimidade para apresentar propostas à Assembleia Municipal e para que aquele órgão possa determinar as taxas de IMI a cobrar em 2021, em sintonia com as competências que lhe são atribuídas pelo n.º 5 do art. 112.º do CIMI, aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro na sua redação atual, propor o seguinte:

1. - Que a taxa do imposto municipal sobre imóveis a cobrar no concelho de Cuba no ano de 2021, a que faz referência a alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º em cima enunciado seja a seguinte: -----

c) Prédios urbanos: 0,3% -----

1.1 – Em função das medidas proactivas de Reabilitação Urbana aprovadas com o PERU da Vila de Cuba, importa aferir se será ou não oportuno lançar mão dos mecanismos que permitem influenciar as situações em que os proprietários nem vendem, nem recuperam e, em sintonia com o n.º 3 do citado art.º 112.º determinar propor à Assembleia Municipal que, na Vila de Cuba, que seja elevada para o triplo por força do adiantado estado de degradação desses mesmos imóveis, e a respetiva inércia dos seus proprietários, apenas ficando de fora os casos em que a falta de recuperação resulte de manifestas dificuldades sociais dos proprietários, devidamente comprovadas com parecer social. -----

1.2 – Registrar que a taxa para os prédios rústicos é uma taxa fixa de 0,8% sobre a qual a autarquia não tem qualquer competência discricionária de modificação; -----

2.º - Determinar que o assunto seja remetido para a sessão da Assembleia Municipal que terá lugar em dezembro de 2021; -----

3.º – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica à AT Autoridade Tributária até 31 de dezembro, conforme determinado no n.º 14 do art.º 112.º do CIMI. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação. -----

11. TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DO VALOR PARA O ANO DE 2022. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 51/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo conteúdo se transcreve: -----

“A exemplo dos exercícios anteriores com o aproximar do final do ano e com a necessidade de programar determinadas matérias para inscrição na proposta de Orçamento Municipal para o ano civil e económico de 2022, tem que ser tomada uma posição sobre alguns impostos e taxas que, ainda que cobrados por entidades da Administração Central, ou por outros organismos com poderes tributários, são receitas municipais. -----

Atualmente esta matéria é deveras relevante, face à perda de receitas que gradualmente e anualmente vamos assistindo a nível municipal, sem que isso implique uma perda de atribuições ou competências, antes pelo contrário, o que leva à necessidade de uma meticulosa racionalidade na gestão desta matérias, sob pena de não dispormos de verbas suficientes para dar respostas àquelas que são as expectativas colocadas no poder local. -----

Entre esses tributos está a denominada Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, matéria regulada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação da Lei n.º 15/2016, de 16 de junho, determina que: -----

Artigo 106.º

Taxas pelos direitos de passagem

1 - As taxas pelos direitos de passagem devem reflectir a necessidade de garantir a utilização óptima dos recursos e ser objectivamente justificadas, transparentes, não discriminatórias e proporcionadas relativamente ao fim a que se destinam, devendo, ainda, ter em conta os objectivos de regulação fixados no artigo 5.º

2 - Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009,

de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais.

3 - A TMDP obedece aos seguintes princípios:

- a) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;
- b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 /prct..

4 - Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento.

5 - O Estado e as Regiões Autónomas não cobram às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público taxas ou quaisquer outros encargos pela implantação, passagem ou atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos físicos necessários à sua actividade, à superfície ou no subsolo, dos domínios público e privado do Estado e das Regiões Autónomas.

Não atingindo montantes consideráveis, nem em termos de receita, nem em sede de encargos para os utilizadores finais, porquanto numa fatura de 50€ o valor da taxa não excederá os 12 cêntimos, regista-se que esta receita, não sendo aplicada, acabará por beneficiar mais as operadoras do que os utilizadores finais, uma vez que aumenta a sua discricionariedade nas margens de lucro com que podem gerir a relação com o cliente.

Esta matéria tem vindo a ser aferida com maior pormenor por parte do município, registando-se aqui a receita obtidas nos últimos anos: -----

- 2008: 4,19€;
- 2009: 3,48€;
- 2010: 4,90€;
- 2011: 794,23€;
- 2012: 755,55€;
- 2013: 830,44€;
- 2014: 822€;
- 2015: 888€;
- 2016: 1.552,16€;
- 2017: 2.038,53€;
- 2018: 2.206,57€;
- 2019: 1.826,89€;
- 2020: 1.884,17€;

- No ano de 2021 quando falta arrecadar a receita referente aos meses de novembro e dezembro- 1.647,47€.

Realça-se o facto da fixação da taxa não operar de per si, mediante a comunicação à entidade reguladora sendo obrigatória, para que possa ser recebida é necessária a comunicação a todas as operadoras de telecomunicações a operar no concelho.

a) - No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 10 de novembro de 2021, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

a.1) - Em sintonia com a alínea b) do n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, articulada com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor um valor para a taxa em causa de 0,25% do valor da fatura;

a.2) – Registrar que essa taxa é cobrada aos operadores e não aos munícipes, estando vedada aos primeiros a possibilidade de imputá-la aos titulares dos contratos de comunicações;

a.3) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em dezembro de 2021, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para aprovar as taxas do município e fixar os respetivos valor, que o legislador lhe atribuiu através da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria.

a.4) – Uma vez tomada a deliberação por parte da Assembleia Municipal deverão os serviços diligenciar para que seja efetuada a comunicação por via eletrónica às entidades competentes até 31 de dezembro.

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta vertida na informação. -----

12. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 31 DE OUTUBRO DE 2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação reg.º n.º 15411, dos Serviços Financeiros, cujo teor adiante se transcreve: -----

“Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro. -----

Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que a situação financeira do município se retrata da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de € 452.556,82 à data de 31/10/2021; -----

Os pagamentos efetuados à data de 31/10/2021 possuem o valor de €4.391.650,67 para Despesas Correntes e €2.749.450,45 para Despesas de Capital. A despesa

apresenta um grau de execução do ano de 62,22 % no que diz respeito a despesa corrente e 54,08 % a despesa de capital; -----

As receitas cobradas pelo Município à data de 31/10/2021 ascendem a €4.684.824,47 no que diz respeito à receita corrente, €2.753.939,58 a receita de capital. A receita apresenta um grau de execução do ano de 82,15 % relativamente à receita corrente e 58,93% à receita de capital. Encontra-se por cobrar €287.096,18; -----

O saldo de execução orçamental à data de 31/10/2021 é de €441.605,78; -----

A cabimentação atingiu à data 97,99 % no que diz respeito a despesa corrente e 99,01 %, no que diz respeito à despesa de capital; -----

Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em € 5.700.327,42 e em despesa capital €4.544.049,89 e representam relativamente ao orçamento corrigido 97,05% e 98,61% respetivamente. No que diz respeito aos compromissos a transitar ascendem à data a €2.597.619,24 sendo: -----

€ 951.233,44- Despesa corrente -----

€ 1.646.385,80-Despesa capital -----

A faturação comunicada, não paga (obrigações por pagar) à data de 31/10/2021 ascende a €505.656,95 sendo: -----

Despesa corrente : €357.443,31 -----

Despesa capital : €148.213,64 -----

Acresce às obrigações por pagar o montante de €100.521,52 de faturação em conferência. -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro: -----

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013,não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. -

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2021: Limite da dívida total (1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) : -----

Receita corrente líquida 2018	Receita corrente líquida 2019	Receita corrente líquida 2020	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.014.337,73	4.865.045,61	4.952.934,77	14.832.318,11	4.944.106,04

Limite da dívida total: €7.416.159,06

Situação do Município em 01-01-2021 :

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.562.228,21	101.776,18	2.664.004,39	5.779,41	2.658.224,98

Situação do Município em 31-10-2021:

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.475.488,18	102.326,70	2.577.814,88	15.377,66	2.562.437,22

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): €40.412,25 -----

AMGAP : € ; -----

CIMBAL (participação de 3,91%): €61.914,45; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%): € -----

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total. -----

Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 3.º trimestre de 2021 fornecida pelas entidades participadas. -----

Pagamentos em atraso: -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos

considerados em atraso . -----

Fundos Disponíveis: -----

Os Fundos disponíveis do período foram de: 750.477,23 €, não tendo sido absorvidos até final do mês. -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial. Deve ser reanalisada esta situação e adotadas medidas corretivas, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de € 47.594,62. Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos. Acresce também justificar que a adoção de medidas extraordinárias, no âmbito da pandemia - Covid-19, tomadas pelo órgão executivo, e que se encontram em vigor até 31/12/2021 relevam para o aumento da dívida; -----

O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da orientação da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses; -----

Não existem pagamentos em atraso; -----

No que diz respeito à dívida total, verifica-se um decréscimo de 3,60 %. Ressalva-se, que esta situação poderá inverter-se aquando da comunicação da faturação em conferência, sendo a mesma convertida em obrigação. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

13. EMPREITADA DE REVITALIZAÇÃO URBANA DA RUA SERPA PINTO, LOTE 2. PROPOSTA DE TRABALHOS COMPLEMENTARES 2. -----

Conforme foi aferido à data, somos a informar que após reunião de trabalho entre os representantes técnicos do dono da obra e os representantes do empreiteiro, constatou-se que seria necessário aprovar o adicional de trabalhos apresentados. -----

Para o efeito, apresenta-se para que conste a proposta inserta no **Anexo n.º 1**, subscrita pela equipa de fiscalização em representação do dono da obra. -----

Julgamos pertinente voltar a registar o seguinte: Na óptica do responsável da fiscalização e pelas razões enunciadas na informação entendemos estar reunidos os pressupostos para os trabalhos em causa serem considerados trabalhos complementares em conformidade com n.º 1 e 4 do art. 370.º do CCP: -----

1 - São trabalhos complementares aqueles cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato. -----

4 - Quando os trabalhos complementares resultem de circunstâncias imprevisíveis ou que uma entidade adjudicante diligente não pudesse ter previsto, pode o dono da obra ordenar a sua execução desde que, de forma cumulativa: -----

a) Não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves e impliquem um aumento considerável de custos para o dono da obra; -----

b) O preço desses trabalhos, incluindo o de anteriores trabalhos complementares igualmente decorrentes de circunstâncias imprevisíveis, não exceda 40 % do preço contratual. -----

2.a) - O contrato foi celebrado na sequência de concurso público; -----

2.b) - Tendo o contrato tenha sido celebrado na sequência de concurso público o anúncio do concurso não foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, uma vez que o somatório do preço atribuído aos trabalhos complementares (36 949,19€) com o preço contratual (459 894,26€) é bastante inferior ao valor referido na alínea 4 b) do artigo 370.º; -----

c) O preço atribuído aos trabalhos complementares (22 359,19€ + Iva 6%), não ultrapassa 40% do preço contratual. (459 894,26€). -----

O preço dos complementares foi efetuado em sintonia com o disposto no artigo 373.º do CCP, tendo sido aplicado o preço contratual aos trabalhos da mesma espécie e natureza. -----

Segundo o empreiteiro, de forma a fazer face aos trabalhos a executar e à escassez dos materiais, será necessário prorrogar o prazo da empreitada até 5/11/2021. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o adicional de trabalhos apresentados no valor de 22 359,19 € + Iva 6%. -----

14. SERVIÇO DE ÁGUAS - DO PROCESSAMENTO DA FATURA AO PAGAMENTO DA MESMA - TRAMITAÇÃO - (EXEMPLO PRÁTICO). -----

Conforme compromisso assumido na anterior reunião de Câmara envio, para conhecimento, a tramitação do processo de tratamento do processamento até à cobrança do fornecimento de água no concelho de Cuba, através de um exemplo

prático, ajustado ao presente momento: processamento em novembro do consumo de água referente ao mês de outubro/21. -----

1 a 5 de novembro 2021 – Processamento do consumo de água do mês de outubro – emissão de faturas (já existe faturação eletrónica). -----

5 a 30 de novembro 2021 – Cobrança correspondente ao mês de outubro. Entrega do 1.º aviso pelo Leitor Cobrador (Pagamento ao Leitor cobrador, na Tesouraria, por débito direto, por transferência bancária ou por multibanco). -----

1 a 4 de dezembro - Envio do 2.º aviso, através do CTT. Notificação do atraso no pagamento. -----

1 a 31 de dezembro 2021 – Possibilidade de pagamento das faturas em dívida, em débito, na Tesouraria. (Acréscem juros de mora). -----

1 de janeiro 2022 – Instauração de processo de execução fiscal e citação do devedor.

1 a 31 de janeiro 2022 - (Possibilidade de Pagamento dos valores em dívida a que acresce juros de mora e custas processuais). -----

1 de fevereiro 2022 – Penhora de bens e restantes diligências exigíveis na Lei. (Procedimento que a Câmara tem tentado evitar a todo o custo). -----

À margem deste procedimento, com cobrança coerciva, pode a Câmara determinar o corte do abastecimento nos termos da alínea c) do art.º 21.º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água ao Concelho de Cuba. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

15. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA A LUZERNA. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS. -----

Solicita a Associação Cultural e Desportiva a Luzerna, a utilização da piscina coberta e a sala de dojo, para aulas de natação de segunda a sábado e fitness às segundas, quartas e sextas-feiras ao final da tarde em horário a confirmar. -----

De acordo com a informação dos Serviços de Ação Desportiva não se verifica sobreposição de horários. -----

Em conformidade com a informação da Subunidade Administrativa são os seguintes os preços em vigor no Município: -----

Piscina coberta – entradas com utilização: -----

Até aos 6 anos – € 0,00 -----

7 aos 16 anos – € 1,40 -----

A partir dos 16 anos – € 2,10 -----

Pavilhão Municipal – sala de dojo - Preço de utilização – por hora - € 2,53 -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente permitindo a utilização tanto da Piscina como da Sala de Dojo. -----

16. AUTO DE VISTORIA PARA RECEÇÃO DEFINITIVA DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO N.º 07/03 CUJO PROMOTOR É A EMPRESA LEÃO PALMA, GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.

Foi presente à Câmara o Auto de Vistoria para efeitos de receção definitiva das obras de Urbanização referentes à operação de Loteamento em título e que adiante se transcreve: -----

“Aos cinco dias do mês de novembro de 2021, ao abrigo das disposições insertas nos n.ºs 1,2, 3 e 5 do art.º 87.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de Setembro, na sua redação atual, reuniu na própria urbanização, sito nas Courelas da Igreja, em Cuba, a comissão constituída para a realização do ato procedimental que visou aferir das condições das infraestruturas da operação do loteamento para que a Câmara Municipal de Cuba pudesse através dos seus órgãos próprias proceder à receção definitiva desta infraestrutura. -----

A comissão foi composta por representantes da Câmara Municipal de Cuba, a saber: Hélder Caseiro, Técnico Superior – Arquiteto, Carlos Daroeira, Técnico Superior – Eng. Civil e Vitor Fialho, Jurista, chefe da UAJDCS, a quem incumbiu a função de relator, tendo estado em representação da empresa promotora um dos seus gerentes, com poderes para obrigar a sociedade, João Gabriel Borrero Leão Ribeiro Palma.-----

Por parte dos representantes da Câmara Municipal foi constado que as infraestruturas estavam em condições de ser recebidas a título definitivo, ressalvando-se apenas que existem dois lotes cujas empreitadas de obras particulares estão em curso e findas as mesmas o promotor fica responsável por colocar o lancil e respetivos passeios na área correspondente às fachadas dos prédios agora em construção.-----

Assim sendo, e uma vez que o n.º 3 do mesmo art. 87.º determina que “à *recepção provisória e definitiva, bem como às respectivas vistorias, é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime aplicável à recepção provisória e definitiva das obras públicas*”, o que por força da data do projecto – início de 2008, deveremos levar em

consideração que o art. 16.º do Dec. Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, remete para o Dec. Lei n.º 59/99, de 02/03. -----

Nestes termos, em sintonia com o disposto no n.º 1 do art. 219.º do Dec. Lei n.º 59/99, de 02 de Março, por consenso entre as partes, fica estipulado que poderá ser feita por quem de direito a receção definitiva da operação de loteamento, podendo ser libertada o valor da caução ainda pendente/retido. -----

Face ao atrás exposto, e nos termos aqui consignados, a Comissão delibera o seguinte:

1.º - Propor à Câmara Municipal que efetue a receção definitiva da operação de loteamento a que respeita o presente auto, nas condições e premissas nele exaradas;--

2.º - Propor à Câmara Municipal que liberte parte da caução ainda retida; -----

3.º - Que a Câmara Municipal determine que a receção produza efeitos a 05.11.2021, data em que teve lugar o auto de vistoria. -----

Cuba, aos cinco dias do mês de novembro de 2021 -----

A comissão: Helder Manuel Caseiro / Carlos Filipe Lança Daroeira / Vitor Manuel Parreira Fialho / João Gabriel Borrero Leão Ribeiro Palma.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder em conformidade com a proposta vertida no auto da Comissão de Vistoria aqui transcrita. -----

17. FERNANDA FRANCISCA PEREIRA. PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO N.º 3/2009. ALTERAÇÃO DE USO DO LOTE N.º 3. -----

Vem a requerente submeter a apreciação, a alteração do alvará de loteamento n.º 3/09, consagrando a modificação de uso do lote n.º 1. A operação de loteamento já consolidada, situa-se em UOP2, de acordo com o Plano de Urbanização (PUC); -----

Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se que é preconizada apenas a alteração de uso do lote n.º 1 da operação de loteamento, passando de comércio para habitação. Mantêm-se as áreas de implantação e de construção pré-definidas na operação inicial. -----

Verifica-se ainda o cumprimento do disposto no artigo 48.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, dado estar o pedido instruído com a anuência da maioria dos proprietários dos lotes constantes da operação; -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da

Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do pedido. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na presente Informação deliberou aprovar a alteração ao loteamento.

Mais deliberou determinar aos serviços de urbanismo que, antes de proporem a receção provisória das infraestruturas urbanísticas, assegurem que o Parque infantil que consta do projeto cumpre as normas sobre esse tipo de equipamentos aplicáveis à data da receção da mesma.

Deliberou ainda informar que cabe ao promotor o averbamento da alteração ao alvará agora aprovado junto da conservatória. -----

18. MARIA DO ANJO PALMA BALTAZAR. VISTORIA AO ABRIGO DO ARTIGO 89.º E SEQUINTES DO RJUE - COLETOR DE PLUVIAIS. RUA DA FÉ, 31 E 33 FARO DO ALENTEJO.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 6111, do Serviço de Urbanismo, cujo teor se transcreve: -----

“Na sequência de reclamação da proprietária do prédio sito na Rua da Fé n.º 31 em Faro do Alentejo, relativamente ao prédio contíguo, com o n.º 33, realizou-se vistoria, ao abrigo do disposto no artigo 89.º e seguintes do RJUE, regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, para verificação da existência da rede de pluviais referida. -----

Verificou-se que efetivamente existe um coletor de drenagem de pluviais que atravessa pelo menos 3 prédios (não foi possível comprovar o alcance total desse coletor, que se admite poder abranger mais prédios a montante), com o sentido de escoamento do prédio n.º 35 até ao prédio com o n.º 31 (propriedade da reclamante). Este sistema antigo é o único que assegura o livre escoamento dos pluviais dos prédios envolvidos até ao ponto de descarga na rua de Beja, na parede limítrofe do prédio da Sr.ª Maria Baltazar. Uma possível ligação direta desse esgoto pluvial ao coletor da Rua da Fé em alternativa ao sistema existente, obrigaria os proprietários dos prédios em causa a realizar obras interiores incómodas e algo dispendiosas com a execução de novas redes internas e respetivos ramais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à notificação dos moradores para,

querendo, exercerem o direito de audiência dos interessados sobre os factos constantes na presente informação.

Mais deu conhecimento o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico que, a não ser dito nada em sede de direito de audiência dos interessados, que existe a forte probabilidade de a situação reportada pelos peritos consubstanciar uma servidão legal de escoamento prevista no n.º 2 d art.º 1351 do Código Civil e, se assim for, trata-se de uma questão entre 2 particulares que apenas poderá ser dirimida em sede do tribunal da comarca competente-----

19. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO POLIVALENTE, EM VILA RUIVA. REVISÃO DE PREÇOS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 131/2021, do Serviço de Urbanismo acompanhando o estudo da revisão de preços referente à empreitada em epígrafe, cujo valor é de 3 287,49€, com IVA incluído. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a revisão de preços nos termos apresentados na presente informação . -----

20. COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA AMCAL. ELEIÇÃO DO VEREADOR QUE INTEGRARÁ O ÓRGÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 52/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: -----

Com a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos para o quadriénio 2021/2025, no passado dia 08 de outubro, a representação externa do Município de Cuba nas diversas associações e/ou empresas a que pertence tem que ser atualizada. -----

Assim ocorre com a AMCAL – (**Associação de Municípios do Alentejo Central**) que por força do disposto no art.º 108.º a 110.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual é uma associação e municípios de fins específicos, ao contrário por exemplo da CIMBAL que é uma associação intermunicipal de competência abrangente. A AMCAL é constituída por dois órgãos (um executivo – **O Conselho Diretivo** e um deliberativo – **A Assembleia Intermunicipal**).

Atendendo a que o órgão executivo será eleito pela Assembleia Intermunicipal, importa pois saber quem são os representantes do Município de Cuba naquele órgão.

A este propósito dispõe o art.º 12.º do Estatutos da AMCAL, que aqui anexamos, o seguinte:

SECÇÃO II
Da Assembleia Intermunicipal

ARTIGO 12º
Composição

1 - A AI é o órgão deliberativo da Associação e é constituída pelos presidentes e por 1 vereador de cada uma das câmaras dos municípios associados, eleitos pela respectiva câmara municipal. -----

Ora, sendo o Presidente da Câmara membro efetivo do órgão por inerência de funções, importa que seja eleito o vereador que o acompanha, cabendo essa eleição à Câmara Municipal.

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir:

a) - No uso das competências próprias que são cometidas ao Presidente da Câmara pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à ordem do dia das reuniões de Câmara, remeta a presente informação para a reunião de Câmara de 10 de novembro de 2021, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

a.1) – Proceder à eleição do Vereador que, conjuntamente com o Presidente da Câmara, terá assento na Assembleia Intermunicipal da AMCAL;

a.2) – Comunicar o resultado dessa eleição à AMCAL.

Foi eleito o Vice-Presidente Filipe Domingos Candeias Chora que conjuntamente com o Presidente da Câmara, terá assento na Assembleia Intermunicipal da AMCAL. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 17,55 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,